

## Portugal e as eleições americanas\*

Paulo Gorjão

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

De quatro em quatro anos surge a pergunta clássica: o resultado das eleições norte-americanas poderá afectar as relações políticas e diplomáticas entre os EUA e Portugal?

Esta questão, e a inquietação que lhe está implícita, parte do pressuposto de que, por motivos de natureza diversa, não é de todo indiferente quem ocupa a Casa Branca. Esta visão, a ser verdade, implicaria que ciclicamente as relações bilaterais poderiam ser alvo de potencial instabilidade. Tal como Sísifo, o relacionamento diplomático entre os EUA e Portugal estaria condenado a uma eterna rotina. No fundo, as relações entre os dois Estados seriam frágeis e instáveis, muito condicionadas pela agenda política do momento e sempre dependentes da boa vontade do ocupante circunstancial da Casa Branca.

Felizmente, esta não é a realidade e a história confirma que tem sido indiferente quem ocupa a Casa Branca. Década após década, as relações diplomáticas entre os EUA e Portugal têm vindo a caracterizar-se por uma grande estabilidade.

A explicação para tal é muito simples. Sem querer simplificar em demasia, importa destacar que as relações diplomáticas assentam nos interesses comuns e traduzem uma determinada

relação de poder no sistema internacional. Como é óbvio, nada disso muda em função da escolha do eleitorado norte-americano.

Assim, nas eleições presidenciais deste ano, do ponto de vista da relação bilateral, pouco importa se o vencedor, ou a vencedora, será Ted Cruz, Donald Trump, Bernie Sanders, ou Hillary Clinton.

O que é verdadeiramente importante para o relacionamento bilateral é a posição dos EUA no mundo e a continuidade, ou não, da sua hegemonia no sistema internacional. Não é por acaso que os dois temas com mais implicações imediatas na relação bilateral são o futuro da Base das Lajes, no plano militar, e as negociações em curso sobre a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP), no plano económico. Um e outro, em escalas diferentes, são exemplos concretos dos ajustamentos em curso no posicionamento global dos EUA, indiferentes perante as primárias democratas e republicanas em curso.

A Base das Lajes, naturalmente, é um assunto demasiado circunscrito e sem relevância eleitoral para surgir nas primárias ou posteriormente nos debates entre os candidatos democrata e republicano. A TTIP, por outro lado, é

um tema com uma natureza e uma escala diferente, mas certamente nada do que se diga no calor da campanha será um entrave à evolução das negociações entre os EUA e a União Europeia.

O futuro da Base das Lajes de algum modo está definido. A importância geoestratégica dos Açores ficou traçada com o final da Guerra Fria e com os sucessivos avanços de natureza tecnológica que tornaram o porta-aviões no Atlântico — a famosa “bomba de gasolina”, nas palavras do actual embaixador norte-americano em Lisboa, Robert Sherman — numa estrutura cada vez menos relevante. A Base das Lajes e a redefinição do seu papel no âmbito da estrutura militar norte-americana insere-se num processo mais vasto de consolidação das infra-estruturas europeias dos EUA. No fundo, simplificando, independentemente do acordo que venha ser alcançado entre os dois Estados sobre o seu futuro, a Base das Lajes paga o preço da emergência da China e, em parte, da transferência do epicentro das preocupações militares norte-americanas do Atlântico para a região da Ásia-Pacífico.

A TTIP, por outro lado, traduz a vontade comum aos dois lados do Atlântico em aprofundar os laços comerciais e é, em parte, também uma resposta aos avanços da China. Portugal vê na TTIP uma janela de oportunidade para que se recupere alguma da

centralidade perdida pelo eixo Atlântico e, com isso, da sua própria relevância num sistema internacional em mutação acelerada. Acresce que, segundo estudos iniciais, Portugal será um dos Estados da UE que potencialmente mais beneficia com a TTIP.

Dito isto, independentemente de quem venha a vencer nas eleições presidenciais em Novembro, os EUA certamente não prescindirão de mão aberta da sua posição de liderança no sistema internacional.

Acresce que é normal e compreensível que possam existir entre os diversos candidatos visões diferentes sobre a melhor forma de assegurar a hegemonia norte-americana. Trump, por exemplo, parece ter um claro instinto de natureza isolacionista. Hillary, por sua vez, dará mais garantias de continuidade. Pouco importa, na verdade. Seja qual for o presidente escolhido pelos eleitores, os EUA certamente quererão manter a sua posição dominante e salvaguardar os seus interesses nacionais. Ora, é precisamente esse desejo de continuidade que, independentemente dos resultados eleitorais do momento, confere estabilidade à relação bilateral com Portugal.

\* Artigo publicado originalmente na revista *Sábado* online (20 de Abril de 2016).

## IPRIS Comentário 43

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança  
(IPRIS)

Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa  
PORTUGAL

<http://www.ipris.org>  
email: [ipris@ipris.org](mailto:ipris@ipris.org)

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.  
As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não reflectem necessariamente as opiniões do IPRIS.